

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quiêlse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quiêlse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 144.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 27 de Setembro de 1972
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Basílio Zanusso.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Arthur de Souza — Cândido Martins de Oliveira e Sebastião Rodrigues Júnior. (5).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
 com a presença de 42 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 65-72, veto apostado ao Projeto de Lei n. 16-71, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, transfere para a responsabilidade do D.E.R., a conservação das estradas Astorga — Jaguapitã, passando pelos Distritos de Santa Zélia e Fernão Dias. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 28, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:
 Discussão única — da Proposição n. 66-72.
 Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 145.ª Sessão Ordinária
Realizada em 27 de Setembro de 1972
(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Nelson Buffara — Igo Losso — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Arthur de Souza — Cândido Martins de Oliveira e Sebastião Rodrigues Júnior. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE:**

OFÍCIOS:
 — Sob o n. 959-72, do Senhor Vereador Edgard Dantas Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a aprovação por aquele Legislativo Municipal de proposição de autoria do referido Edil, solicitando desta Casa apoio ao projeto no sentido de contemplar o Paraná com uma vaga no Supremo Tribunal Federal, o mais alto pretório da Nação, por se constituir em aspiração das mais justas. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

— Sob o n. 01, da Presidente da Casa da Estudante Universitária de Curitiba, Agueda B. Bittencourt, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Diretoria daquela Entidade, para a gestão 72-73. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

TELEGRAMA:

— Do Senhor Araredes Araujo, comunicando a esta Casa — que em data de 15 do corrente, atendendo disposições legais, assumiu o cargo de Prefeito Municipal de Manguinhos, face o impedimento do seu titular. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

— De autoria do senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Resolução n. 1-71 e aos Projetos de Lei ns. 177.70 — 28.71 — 136.71 — 157.71 — 219.71 — 238.71 — 27.72 — 55.72 — 76.72 — 116.72 — 117.72 e 127.72.

Requerimento

Senhor Presidente:

É das mais louáveis a iniciativa veiculada pela imprensa de que está em estudo substituir-se o serviço militar obrigatório pelo estágio em Municípios do interior onde haja carência de médicos, cirurgiões dentistas, veterinários e farmacêuticos.

Tomando-se por base o Paraná que é um estado em pleno desenvolvimento, existem aqui vários Municípios sem um médico, outros com um apenas, mas necessitando de pelo menos três. O mesmo acontece com cirurgiões dentistas. Veterinários são poucos os Municípios que possuem. E até sedes de comarcas com Fórum, cartórios, sem nenhum advogado residente. O interior necessita e muito desses profissionais, como de professores licenciados, economistas e engenheiros.

A idéia é das mais felizes para interiorizar o profissional. Passado o estágio obrigatório, a maioria se radicaria no interior, por vontade própria e por verificar a sua utilidade a grandes aglomerados humanos, com as mesmas necessidades dos que residem nas grandes cidades.

Daí as razões do presente.

Requeremos pois, que após ouvido o Plenário, seja encaminhada cópia do presente aos Exmos. Srs. Ministros do Exército e da Saúde, aplaudindo a iniciativa e ao Exmo. Sr. Ministro de Educação e Cultura, sugerindo estudos para se dar plena autonomia profissional, aos que cursam universidades, somente após o estágio em Municípios do interior, em substituição ao serviço militar obrigatório.

Sala das Sessões em 27 de setembro de 1972.

(a) — Antonio Lopes Júnior.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 168-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem — DER-PR, — para fins de conservação e manutenção, a estrada municipal que liga a cidade de Cascavel a cidade de Capitão Leônidas Marques, neste Estado.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de setembro de 1972.

(a) Odilon Reinhardt.

JUSTIFICATIVA

A rodovia municipal entre Cascavel e Capitão Leônidas Marques é de avultada significação para a região geo-econômica cuja ligação ela promove porque além das importantes cidades que se encontram em seu início e em seu final, durante todo seu percurso ela promove a integração regional de localidades em processo acelerado de desenvolvimento agrícola, como Boi Preto, Alvorada D'Oeste e Cerro Azul, sendo a via natural de escoamento da produção agro-pecuária de toda aquela extensa área.

Construída e até agora mantida e conservada pelo Município de Cascavel, achamos que já é mais que tempo que o Governo do Estado promova a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem — DER-PR, — para sua conservação e manutenção, porque aquela via é do mais alto interesse econômico à administração estadual e estando permanentemente em estado que facilite o tráfego intenso que ali se registra em muito beneficiará o programa dos "corredores de exportação" ora em implantação pela ação conjunta dos governos Federal e Estadual.

Por outro lado, dado os avultados recursos financeiros que vem recebendo o Departamento de Estradas de Rodagem — DER-PR, — quer de organismos internacionais de fomento ao desenvolvimento, quer de órgãos da administração federal e, ainda, das verbas que lhe são próprias do orçamento estadual, acreditamos não constituir-se, aquela responsabilidade de conservação e manutenção da estrada já citada, em encargo tão oneroso que não possa vir a ser suportado por aquela entidade, principalmente se levarmos em conta o significado sócio-econômico da rodovia, que atende a uma região de intensa atividade agrícola.

Acreditamos que o Poder Executivo receberá com satisfação esta nossa iniciativa porquanto a mesma pode ser incluída entre aquelas preconizadas pelo Exmo. Sr. Governador do Estado que visam a racionalização da solução de problemas de determinada região, globalmente considerada.

Os nobres Deputados também afeitos ao trato e defesa das legítimas reivindicações das populações do interior do Estado, certamente compreenderão o sentido deste projeto de lei e dar-lhe-ão seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-72, de autoria do Dep. Mauricio Fruet, institui concurso destinado a divulgar a importância do Poder Legislativo no desenvolvimento do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 108-70, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 17-70, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre doação à Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", dos lotes n.s 6, 7, 8, 9, 10 e 17 em núcleo Cavoca, Município de Antonina. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 253-71 de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a construir através dos órgãos próprios do Estado, uma Casa Escolar no Distrito Colônia Faria, Município de Colombo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 111-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 28-72, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva conceder à Petrobrás — Petróleo Brasileiro S.A., isenção de pagamento do Imposto sobre transmissão de bens imóveis adquiridos com o objetivo de instalar complexo industrial inerentes às suas finalidades. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 127-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 38-72, encaminhando anteprojeto de Lei que eleva vencimentos dos Cargos efetivos e em Comissão e as Funções Gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda, os do Tribunal de Contas e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 58-71 de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, dispõe sobre a credenciação, pelo "DETRAN" de entidades para realizar exames Psicotécnicos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 130-71, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Município de Quitandinha, para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **COM EMENDA. — Aprovado Projeto e a emenda, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 263-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder através do D.E.R., retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Cerro Azul. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 20-72, de autoria do Dep. David Federmann, declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade de Ponta Grossa, com sede e foro na Cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J. **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 39-72, de autoria do Dep. Fabiano Braga Cortes declara de Utilidade Pública a Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, "LICOPAR", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 99-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar a Universidade Estadual da Cidade de Jacarezinho e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 144-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, dá nova redação ao artigo 3.º, da Lei n. 6.314, de 24.8.72, que criou o Município de Francisco Alves. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGENCIA — Aprovado, artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 27-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição n. 146-72, aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União Federal, objetivando execução a nível Estadual do Sub-Programa de apoio Governamental à implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN, visando acelerar a produção e utilização de sementes melhoradas, segundo o Plano Nacional de Sementes PLANSEN. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 27-72 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 14 de julho de 1972, entre o Estado do Paraná, representado pelo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, e a União Federal, representada pelo Ministério da Agricultura, objetivando a execução a nível estadual do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN, visando acelerar a produção e a utilização de sementes melhoradas, segundo diretrizes do Plano Nacional de Sementes — PLANSEM.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Candido Martins de Oliveira — Relator

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER A Proposição n. 146-72

O Poder Executivo, por intermédio da Mensagem n. 37-72, encaminha a este Poder, para os fins constitucionais cópia autêntica do convênio celebrado em 14 de julho de 1972, entre a União, representada pelo Ministério da Agricultura, e o Estado do Paraná, representado pelo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas destinado a objetivar a execução do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN.

O ato contratual em apreço está protegido por expressa norma constitucional e seu conteúdo é de relevante interesse para o Estado.

Com o "referendum" deste Poder a providência jurídico-administrativa se completa e ganha força executória.

Aprovo o convênio, na forma do Projeto de Resolução anexo. Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Candido M. de Oliveira — Relator
Igo Losso
Erondy Silvério
Ovidio Franzoni
Maurício Fruet
Santos Lima.

MENSAGEM N. 37-72

Curitiba, 28 de julho de 1972.

PROPOSIÇÃO N. 146-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de julho de 1972, entre a União, representada pelo Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, representado pelo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, objetivando a execução a nível estadual, do SUB-PROGRAMA DE APOIO GOVERNAMENTAL A IMPLANTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SEMENTES — AGIPLAN, visando acelerar a produção e a utilização de sementes melhoradas, segundo as diretrizes técnicas preconizadas ao PLANO NACIONAL DE SEMENTES — PLANASEM.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expressa no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado
Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Wilson Figueiredo Fortes
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/Capital

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 27-72

Termo de Convênio celebrado entre a União e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, visando a execução a nível estadual, do Sub-Programa de Apoio Governamental à implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN.

Aos quatorze dias do mês de julho de 1972 (mil novecentos e setenta e dois) no Gabinete do Senhor Governador, a União Federal, através do Ministério da Agricultura, neste Ato representado pelo Dr. João Palma Moreira, Diretor Estadual do Ministério da Agricultura do Paraná, de acordo com a delegação de competência que lhe foi concedida pela Portaria Ministerial n. 150 de 27 de abril de 1972, publicado no Diário Oficial da União de 03 de março de 1972, daqui por diante simplesmente denominado União, e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas neste ato representado pelo seu Diretor Sr. Dinor Olegário Vozz devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Governador do Estado daqui por diante simplesmente denominado CO-EXECUTOR, acordam assinar o presente convênio em mútua e estreita colaboração técnica e financeira, visando participar na execução do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes AGIPLAN, na área de jurisdição do Co-Executor, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Objetiva este Convênio a execução a nível estadual do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN, visando acelerar a produção e a utilização de sementes melhoradas, segundo as diretrizes técnicas preconizadas ao Plano Nacional de Sementes — PLANASEM.

CLAUSULA SEGUNDA — Do Agiplan

AGIPLAN, para efeito deste Convênio, é o Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do PLANASEM elaborado e aprovado pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo Único — O AGIPLAN integra e complementa este instrumento independentemente de transcrição.

CLAUSULA TERCEIRA — Dos níveis de coordenação do Sub-Programa A coordenação do Sub-Programa será estabelecida em 2 (dois) níveis: nacional e estadual e exercida por Coordenações, cuja composição atribuição e competência estão definidas na Portaria Ministerial n. 365 de 14 de outubro de 1971.

CLAUSULA QUARTA — Da descrição das tarefas a cargo do Co-Executor

Para que se alcance os objetivos do PLANASEM o Co-Executor participará dos seguintes projetos;

Projeto I — Pesquisa sobre a Tecnologia e Análise de sementes

CLAUSULA QUINTA — Da Execução dos Sub-Projetos

O Co-Executor executará os Projetos a que se refere a cláusula quarta do presente convênio, na área de sua jurisdição territorial, cabendo-lhe elaborar Sub-Projetos e Planos Anuais de Operações, segundo as normas estabelecidas pelo AGIPLAN.

Parágrafo Único — Para a execução dos Sub-Projetos o Co-Executor contará com a sua infra-estrutura, pessoal técnico, além dos recursos previstos no AGIPLAN.

CLAUSULA SEXTA — Dos Agentes Financeiros do AGIPLAN.

São Agentes financeiros do AGIPLAN, a União, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Co-Executor no projeto do qual participa.

CLAUSULA SÉTIMA — Da composição de recursos para execução do AGIPLAN.

O AGIPLAN será executado com recursos da União e do Co-Executor, no montante de Cr\$ 888.300,00 (Oitocentos e oitenta e oito mil e trezentos cruzeiros), e nas seguintes proporções:

A) da União

Cr\$ 526.300,00 (Quinhentos e vinte e seis mil e trezentos cruzeiros), à conta do orçamento plurianual de investimentos e empréstimos com o BID, em parcelas anuais assim distribuídas:

Fundo de Desenvolvimento das Áreas Estratégicas — F.D.A.E.

Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID

Cr\$ 55.700,00 em 1972
Cr\$ 133.000,00 em 1973
Cr\$ 173.300,00 em 1974

Cr\$ 152.500,00
Cr\$ 6.500,00
Cr\$ 5.300,00

B) do Co-Executor

Cr\$ 362.000,00 (Trezentos e Sessenta e dois mil cruzeiros), à conta de dotação orçamentária próprias, consignadas no seu orçamento para os exercícios de 1972, 1973 e 1974, em parcelas anuais assim distribuídas:

em 1972 — Cr\$ 55.600,00
em 1973 — Cr\$ 133.100,00
em 1974 — Cr\$ 173.300,00

Parágrafo único — Os recursos do Co-Executor representarão 50% (cinquenta por cento) dos gastos operacionais do Sub-Projeto I, de responsabilidade do Co-Executor.

CLÁUSULA OITAVA — dos depósitos

As contribuições financeiras da União, a que se refere a Cláusula Sétima, serão depositadas no Banco do Brasil S.A. Agência de Curitiba, em conta especial que será movimentada consoante normas a serem expedidas pela Inspeção Geral de finanças do Ministério da Agricultura, aprovados pela Comissão Diretora do AGIPLAN.

Parágrafo Primeiro — As contribuições financeiras do Co-Executor para os exercícios de 1972 e 1974, a que se refere a Cláusula Sétima, serão depositadas no Banco do Estado do Paraná controlados pelo Co-Executor segundo as normas dos seus órgãos de controle financeiro e movimentadas em comum acordo com a Coordenação Estadual do AGIPLAN, destinado a fazer face as despesas de pessoal, gastos administrativos e operacionais.

Parágrafo Segundo — A contribuição financeira do Co-Executor para o exercício de 1972 a que se refere a Cláusula Sétima, será sob a forma de recursos constantes de sua programação normal, controlados indiretamente pela Coordenação Estadual e se referem a despesas com pagamento de seu pessoal efetivo, gastos administrativos e operacionais do Projeto no qual participa.

CLÁUSULA NONA — Do Sistema de Operação financeira.

As partes convenientes estabelecerão um sistema de operação financeira, com vista aos planos anuais de operação, com cronograma de aplicação e desembolso, obedecidas as regras do empréstimo contratado pelo BID, que poderá fixar normas de reajustamento das contribuições dos convenientes e sua inclusão no Orçamento Plurianual de Investimento O.P.I.

CLÁUSULA DÉCIMA — Do controle financeiro

O controle financeiro dos recursos da União, constante deste Convenio, será exercido através de auditoria de Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Agricultura, que instituirá, também, normas para a sua fiel execução.

Parágrafo único — O controle financeiro dos recursos do Co-Executor constante deste Convenio, será exercido através auditoria de seu órgão financeiro obedecendo as normas próprias devendo fornecer uma cópia da prestação de contas à Coordenação Estadual do AGIPLAN.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Das eventuais alteração do Convênio.

Este Convenio poderá ser alterado no todo ou em parte, desde que existam condições técnicas supervenientes, ou por força de norma legal que o torne formal ou materialmente inequívoco.

Parágrafo único — Ocorrendo quaisquer destas hipóteses, a Coordenação Central do AGIPLAN proporá as alterações necessárias que deverão ser acordadas pelos convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Do prazo

O prazo de duração deste Convênio é de 3 (três) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Da rescisão

O presente Convênio poderá ser rescindido por inadimplência às cláusulas e condições aqui estipuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — Do Foro

É competente o foro da União para dirimir toda e qualquer questão que venha ocorrer entre as partes convenientes.

E para constar e como prova de validade foi lavrado este Convenio em sete vias, de um só teor e forma, perante as testemunhas instrumentárias, para que produza os legítimos efeitos de direito.

aa) JOÃO PALMA MOREIRA

Pelo Ministério da Agricultura

DINOR O. VOSS

Pelo Co-Executor

Testemunhas:

Roulien Basaglia

Luimar Perly

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 307-70, de autoria do Dep. Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional, no Município de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 307-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação Educacional, na sede do Município de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 2.º — A Fundação submeterá ao Governador do Estado o regulamento dispondo sobre o patrimônio, a receita, a administração e os currículos dos respectivos cursos.

Parágrafo único — O Orçamento Geral do Estado consignará, anualmente, dotação destinada a integrar a receita da Fundação criada por esta Lei.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir a Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação e funcionamento da Faculdade referida no artigo primeiro.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1970.

a) Deputado Paulo Camargo

JUSTIFICATIVA:

Centro de vasta região, Cruzeiro do Oeste está a merecer um condizente tratamento dos Poderes Públicos, no que tange a educação. O propósito desta iniciativa, é o de dotar não só aquele município, como de resto toda uma região de um estabelecimento de ensino, de grau superior.

A existência de uma população estudantil, por sinal enorme, dos quais perto de 1.000 alunos estão em condições de frequentar a Faculdade objeto desta Proposição, aliada a economia do orçamento doméstico dos moradores da região, justifica, plenamente, a apresentação deste projeto, para o qual se pede o indispensável apoio.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 307-70

AUTOR: Dep. Paulo Camargo

O Deputado Paulo Camargo visa com o seu Projeto de Lei a autorizar o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional na sede do Município de Cruzeiro do Oeste com a finalidade de instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Trata-se de mera autorização, mais a mais, em se tratando de proporcionar aprimoramento a uma população estudantil de mais de mil alunos que estão em condições de cursar a Faculdade, conforme consta da justificativa, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Artur de Souza — Relator

Igo Losso

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

Odilon Reinhardt

Sebastião Rodrigues Júnior

Gilberto Carvalho

Cândido M. de Oliveira

Comissão de Instrução Pública

PROJETO DE LEI N. 307-70

PARECER

1.) — O projeto, de autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, autoriza o Poder Executivo, instituir uma Fundação Educacional no município de Cruzeiro do Oeste.

2.) A iniciativa, além de legítima, colabora estreitamente com a política educacional do Governo do Estado.

3.) O objetivo do projeto é oportuno e legítimo. O seu aspecto legal e constitucional já foi examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, e recebeu parecer favorável de seu relator.

4.) O nosso parecer, portanto, salvo contestação, e pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 17 de 1971.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Santos Lima

Alvaro Dias

Arizone Araujo

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 307-70

PARECER

1.) Através do presente projeto de lei pretende o nobre Deputado Paulo Camargo autorizar o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional em Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de criar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

2.) Sobre a proposição opinaram as ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Instrução Pública, manifestando-se favoravelmente à mesma.

3.) Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela aprovação do projeto.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

Odilon Reinhardt

João Fadel

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 20-71, de autoria do Dep. Gilberto Rezende de Carvalho, cria uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de São Pedro do Ivaí. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 20-71

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Inspeção Regional de Ensino de São Pedro do Ivaí, com sede no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1971.

a) Dep. Gilberto Rezende de Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Será de grande conveniência a criação da Inspeção de ensino ora proposto pois atenderá não só ao Município de São Pedro do Ivaí, como a outros vizinhos, tais como Fênix, Barbosa e São João do Ivaí, distantes de outras Inspeções, com o que será beneficiada toda uma região do Estado do Paraná.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 20-71

PARECER

I — Assinado pelo Deputado Gilberto Rezende de Carvalho, o plano de lei em exame visa criar a Inspeção Regional de Ensino de São Pedro do Ivaí, com sede no Município do mesmo nome.

II — O Projeto está devidamente justificado, e a medida preconizada nos convence de seu acerto e oportunidade; e não existindo impedimento de ordem legal ou constitucional, nosso parecer é pela **aprovação**.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente
Cândido M. de Oliveira — Relator
Acyr José
Igo Losso
Emílio Carazzai
Gilberto Carvalho
Odilon Reinhardt

PROJETO DE LEI N. 20-71
Comissão de Instrução Pública

PARECER

1) — O Projeto da lavra do nobre Deputado Gilberto Rezende de Carvalho, autoriza a criação de uma Inspeção Regional de Ensino na sede do Município de São Pedro do Ivaí.

2) — O objetivo do Projeto é oportuno e legítimo, não existindo impedimento de ordem legal e constitucional, tendo já recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

3) — O nosso parecer, portanto, salvo contestação, é pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em de 1971.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente
Antonio Lopes Júnior — Relator
Santos Lima
Alvaro Dias
Arizone Araújo

Comissão de Finanças

PARECER Ao Projeto de Lei n. 20-71

1) — Através deste plano de lei pretende o nobre Deputado Gilberto Rezende de Carvalho, criar a Inspeção Regional de Ensino de São Pedro do Ivaí, com sede no Município do mesmo nome.

2) — Sobre a proposição as doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Instrução Pública exararam pareceres favoráveis.

3) — No que se refere ao aspecto financeiro da matéria nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972

aa) Fuad Nacli — Presidente
Antonio Belinati — Relator
Odilon Reinhardt
João Fadel.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 269-71 de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal de Ester de Oliveira Ribas, concedida pela Lei n. 4.302, de 23.12.60. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N. 269-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão mensal concedida a Ester de Oliveira Ribas, pela Lei n. 4.302, de 23 de dezembro de 1960, publicada no Diário Oficial do Estado n. 236, de 24 de dezembro de 1960.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá a conta da dotação própria consignada no Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1971.

a) Dep. Arizone Araújo

JUSTIFICATIVA

A beneficiária deste plano de lei é viúva do ex-serventuário da Justiça, Francisco de Sá Ribas que em vida prestou inestimáveis e relevantes serviços à Justiça de Nosso Estado, na qualidade de Tabelião de Notas e Oficial de Protesto de Títulos, Escrivão do Cível e Comércio e Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Clevelândia.

Vive ela, ainda hoje, com uma pensão de ínfimo valor, insuficiente para poder manter-se, o que nos parece injusto, considerando-se os serviços prestados pelo seu marido. Daí propormos, com este projeto de lei, a elevação da pensão que lhe é paga pelo Estado.

LEI N. 4302

DATA: 23 de dezembro de 1960.

SUMULA: Concede pensão mensal de Cr\$ 2.000,00 a Esther Oliveira Ribas, viúva do ex-serventuário da Justiça Francisco de Sá Ribas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica concedida uma pensão mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Esther Oliveira Ribas, viúva do ex-Serventuário da Justiça, Francisco de Sá Ribas.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei ocorrerá pela verba própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 23 de dezembro de 1960.

(aa) MOYSES LUPION

RENÉ PEREIRA ALVES

(Publicada no Diário Oficial n. 286, de 24 de dezembro de 1960)

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 269-71

AUTOR: Dep. Arizone Araújo

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 100,00, a pensão mensal de Esther de Oliveira Ribas, concedida pela Lei n. 4.302 de 23 de dezembro de 1960.

PARECER

O presente Projeto de Lei está perfeitamente afinado com o nosso ordenamento jurídico, não violando nenhuma regra pertinente à matéria de que trata.

Ademais, é Proposição que atende a um inegável imperativo de humanitarismo.

Assim, somos pela **Aprovação**.

Sala das Comissões, em de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Luiz Roberto Soares — Relator
Santos Lima
Ovidio Franzoni
Cândido M. de Oliveira
Muggiati Filho
Emílio Carazzai

Comissão de Finanças

PARECER Ao Projeto de Lei n. 269-71.

1) — Com o presente projeto de lei, pretende o nobre Deputado Arizone Araújo, autorizar o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 100,00 a pensão mensal concedida a Esther de Oliveira Ribas.

2) — Sobre a mesma a douda Comissão de Constituição e Justiça exarou parecer favorável.

3) — No que se refere ao aspecto financeiro nada temos a opor, tratando-se de projeto de sentido eminentemente humanitário, pelo que opinamos pela sua **aprovação**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente
David Federmann — Relator
Odilon Reinhardt
João Fadel.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 46-72, de autoria do Dep. Nivaldo Kruger, proíbe a saída de toda e qualquer espécie de madeira em toras do Estado. Parecer da C.C.J. pela **Rejeição**. — **Rejeitado**.

PROJETO DE LEI N. 46-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica proibida a saída de toda e qualquer espécie de madeiras em toras do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em de abril de 1972

aa) Deputado Nivaldo Kruger — (com apoio de)
Deputados Pinto Dias
Sebastião Rodrigues Júnior

JUSTIFICATIVA:

Razões óbvias, em face da exaustão das reservas naturais.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 46-72

AUTOR: Deputado Nivaldo Kruger

SUMULA: Proíbe a saída de toda e qualquer espécie de madeiras em toras do Estado.

PARECER

O nobre Deputado Nivaldo Kruger, revelando fundada preocupação em evitar a exaustão das reservas florestais paranaenses, propõe a proibição da saída de qualquer espécie de madeira em toras do Estado.

Ocorre, no entanto, que está em pleno vigor, Lei de idêntica natureza, inclusive de igual teor, sob n.º 5.516, de 16 de fevereiro de 1967 publicada no Diário Oficial n. 286, da mesma data.

Tanto isso é verdade que tramita nesta Casa a mensagem Governamental n. 41-71, de 22 de outubro de 1971, propondo a revogação da citada norma.

De modo que no momento em que a matéria é examinada, o seu conteúdo já vige como Lei, sendo por conseguinte desnecessária a elaboração de diploma legal com o mesmo texto.

Por essa razão, opino pela **rejeição** do Projeto.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Santos Lima

Cândido M. de Oliveira

Muggiati Filho

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 56-72, de autoria dos Deps. Fabiano B. Cortes e Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Toledo, uma Motoniveladora, Marca "Huber Warco", pertencente ao D.A.T.M. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N. 56-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Toledo, uma Motoniveladora, marca "Huber Warco" número de fabricação OM 326913-80 L, pertencente, por transferência consignada no Decreto n. 16.889, de 26 de janeiro de 1965, ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1972

aa) Deputado Fabiano Braga Cortes e
Deputado Cândido M. de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

O maquinário que se pretende doar ao Município de Toledo, através do presente plano de lei, vem prestando assinalados serviços àquela comunidade, há quase sete anos.

Ocorre todavia, que a cerca de dois anos, referido maquinário, materialmente sem condições de uso efetivo pela Prefeitura Municipal de Toledo, tendo em vista, sobretudo, a sua imprescindibilidade. Mais, a sua longa permanência à disposição daquele Executivo Municipal indica claramente ser possível ao antigo D.A.T.M., ceder definitivamente o maquinário, sem que o seu serviço de assistência técnica aos Municípios sofra qualquer solução de continuidade.

Assim sendo, considerando, de um lado, a necessidade do maquinário para prosseguimento das diversas frentes de obras da Prefeitura Municipal de Toledo, e, de outro, afastar a ameaça eminente do Executivo a qualquer tempo ficar sem condições de continuar o seu plano de trabalho, nada mais justo que a doação pretendida neste Projeto de Lei.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 56-72

AUTOR: Deputado Fabiano Braga Cortes e Cândido M. de Oliveira
SUMULA: Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Toledo, uma motooniveladora, marca Huber Warco, pertencente ao DATM.

PARECER

O presente Projeto de Lei de autoria dos Deputados Fabiano Braga Cortes e Cândido M. de Oliveira é escorreito sob qualquer angulação com que se lhe enfoque.

É legal e constitucional, estando ao amparo de nossa sistemática jurídica.

No que pertine ao mérito é louvável, pois de grande alcance para a administração municipal de Toledo.

Isto posto, sou pela aprovação.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente

Luiz R. Soares — Relator

Paulo Camargo

Emílio Carazzai

Cândido M. de Oliveira

Santos Lima

Ovidio Franzoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivô Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 1-71 e aos Projetos de Lei n.ºs. 177-70 — 28-71 — 136-71 — 157-71 — 219-71 — 238-71 — 27-72 — 55-72 — 76-72 — 116-72 — 117-72 e 127-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente aos Srs. Ministros do Exército e da Saúde, aplaudindo a iniciativa e ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, sugerindo estudos para se dar plena autonomia profissional, aos que cursam universidades, somente após o estágio em municípios do interior, em substituição ao serviço militar obrigatório. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, para falar em explicação pessoal.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente, apesar dos apelos formulados por inúmeros Srs. Deputados desta Casa, apesar do esforço demonstrado por S. Exa., o Sr. Líder do Governo, infelizmente, o aumento concedido ao funcionalismo público do Estado do Paraná não veio de encontro à realidade, aos anseios e às suas necessidades.

É verdade que o Governo do Estado não cansa de repetir que todas suas atitudes seguem os mesmos métodos de ação do Governo Federal. Todavia, conforme tivemos oportunidade de mostrar a todos os Srs. Deputados, o trabalho comparativo que fizemos dos aumentos concedidos ao funcionalismo público federal, a partir de 1.970 até o corrente instante, se verifica, sem sombras de dúvidas, e com absoluta certeza, sem qualquer contestação, que o funcionalismo público paranaense, com o aumento agora recebido, infelizmente, está num índice de 33% inferior aos aumentos concedidos ao funcionalismo federal. E esta distinção vem contra os interesses do funcionalismo público paranaense que, com esforço, com seu trabalho, com sua dedicação, é o responsável pelo crescimento, pelo progresso e pelo desenvolvimento do Estado do Paraná.

Portanto, gostaríamos de deixar registrado, na Ata dos nossos trabalhos, o nosso protesto contra esse aumento irreal e que não corresponde às necessidades da classe do funcionalismo público estadual.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Maurício Fruet, infelizmente V. Exa. não esteve presente na sessão de ontem, quando ocupamos esta Tribuna e num dever de justiça enalteçamos o trabalho que a Bancada de V. Exa. e também do Deputado Erondy Silvério que havia subscrito duas Emendas a favor de melhores níveis de vencimentos ao funcionalismo público. Argumentamos, e trouxemos ao conhecimento da Casa, a preocupação de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que também está sensível, como toda esta Casa, com relação a esses vencimentos. Existe, nobre Deputado, uma Comissão encarregada por S. Exa. o Sr. Governador do Estado, de fazer um estudo real e global de toda essa situação, porque V. Exa. não desconhece que através dos anos e de muitas leis de exceção, foram criadas distorções muito grandes nas diversas carreiras do funcionalismo público estadual. Razão porque o Sr. Governador do Estado quer dar ao funcionalismo público um vencimento condizente com aquilo que ele vem realizando em favor do Estado, mas também equitativo a todas as carreiras. Esta Comissão está trabalhando e V. Exa. sabe e ninguém desconhece as intenções do Sr. Governador do Estado. V. Exa. pode estar tranquilo, e, de resto, o funcionalismo público, pois temos certeza que o

Sr. Governador do Estado há de corresponder a essa expectativa, não só da Casa, como de todos os funcionários públicos. Louvei a atitude, a luta que a sua Bancada desenvolveu em favor do funcionalismo público e tenho certeza de que essa luta, essa batalha, não foi em vão. Vamos dar melhoria, através dos estudos que estão sendo feitos pela Comissão designada pelo Sr. Governador. Permitto-me ainda, transmitir a V. Exa., sobre matéria também muito ventilada nesta Casa, de que hoje pela manhã, assistimos no Palácio Iguaçu a ordem de serviço para o início do asfaltamento da estrada Guaratuba - Bem-Bem. E dentro de poucos dias, será dada a ordem de serviço Bem-Bem - Garuva. V. Exa. que é um grande defensor do litoral paranaense deve sentir-se satisfeito com essa notícia. Nesta semana será iniciado o trabalho de asfaltamento da estrada que liga o nosso litoral a Garuva, numa demonstração de que nosso Governo está realmente trabalhando em favor do Paraná. Agradeço o aparte que V. Exa. me permitiu.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Inicialmente, nossas congratulações a S. Exa. o Sr. Governador do Estado pela ordem de serviço, conforme V. Exa. acabou de salientar, assinada hoje pela manhã, autorizando o início dos trabalhos de asfaltamento Garuva - Guaratuba, via Bem-Bem, que realmente é uma obra das mais necessárias, não só para o desenvolvimento do município, mas principalmente para o desenvolvimento da indústria sem chaminé do Estado do Paraná.

Com relação a observação feita por V. Exa., gostaria antes de mais nada de louvar o esforço que V. Exa. desenvolveu no sentido de que os anseios e as aspirações do funcionalismo público estadual, com relação ao aumento proposto e hoje aprovado, sofresse por parte de S. Exa. o Sr. Governador do Estado um novo exame, um novo estudo e pudesse S. Exa. se sensibilizar com o problema que atravessa a classe, oferecendo melhores índices de vencimento ao funcionalismo público do Estado.

Porém, num aspecto, V. Exa. me permita, nós iremos divergir. Esta Comissão de trabalho, designada por S. Exa. o Sr. Governador do Estado, não sabemos se esta Comissão tem prazo fixo para apresentar as suas deduções. Não sabemos também se o Sr. Governador do Estado, de posse dessas deduções, dará num prazo pré-determinado, o necessário aumento. Infelizmente, V. Exa. é testemunha deste fato, em abril do corrente ano, desta Tribuna, formulamos apelo a S. Exa. o Sr. Governador no sentido de que fosse regulamentada a situação da classe das serventes contratadas. São mais de seis mil serventes que prestam serviços ao Estado, sendo que a situação das mesmas é irregular não somente pelo aspecto salarial, mas, o que é pior, pelo aspecto previdenciário. Naquela oportunidade, foi-nos dito que até o final de agosto os trabalhos estariam concluídos e haveria uma solução definitiva para o problema. Até agora, estamos em fins de setembro, nenhuma notícia nos foi dada a respeito.

Por esta razão, V. Exa. me permita, não acreditamos muito em comissão designada para elaboração de estudos. Se não há um prazo pré-determinado para que as soluções necessárias sejam entregues, o problema acaba ficando para as calendas.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a liberalidade de V. Exa. em conceder este aparte. Ontem abordamos também este problema, não somente das serventes, que são cinco mil e seiscentas contratadas, como de resto todos os recebidos do Estado na ordem de dez mil e trezentos funcionários.

V. Exa. talvez por desconhecimento cometeu uma injustiça. O estudo está pronto e o Sr. Governador terá audiência, dentro de dois ou três dias, com o Ministro do Trabalho a fim de acertar apenas a forma do recolhimento, se será pelo INPS, segundo entendem alguns, ou se será pelo IPE segundo é desejo do Sr. Governador. Esta a informação que tinha para dar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, por força regimental, adverte que está esgotado o tempo de quinze minutos que dispunha para falar em explicação pessoal. Se desejar poderá solicitar prorrogação.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Solicito prorrogação.

O SR. PRESIDENTE — Está deferida a prorrogação.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço a informação prestada por V. Exa. e essa será uma medida de inteira justiça porque irá corrigir um erro do qual, de forma alguma, poder-se-ia perdoar o Estado.

Infelizmente apesar das palavras do eminente Líder do Partido do Governo, Deputado João Mansur, nada mais fazemos desta Tribuna senão transmitir a insatisfação e o descontentamento do funcionalismo público do Paraná por esse aumento ora concedido e a esperança de que em menor prazo de tempo, as comissões designadas por S. Exa. apresentem mesmo um resultado de ordem prática e que venha de encontro aos interesses dos funcionários, corrigindo as distorções e eliminando as injustiças. Muito obrigado! — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 1-71;

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs.: 177-70 — 28-71 — 136-71 — 157-71 — 219-71 — 238-71 — 27-72 — 55-72 — 76-72;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 58-71 — 130-71 — 263-71 — 20-72 — 39-72 — 99-72 e 144-72;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 307-70 — 20-71 — 269-71 — 56-72 e de Resolução n.º 27-72;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 112-71 — 12-72 — 132-72.

A Presidência lembra aos srs. Deputados que o Projeto de Lei n. 127-72 que trata do aumento de vencimento do funcionalismo público civil e militar do Estado estará na pauta, em Redação Final, na Sessão de sexta-feira, às 10.00 horas.

Levanta-se a Sessão.